

Tradução

Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social

Cindi Katz

Universidade da Cidade de Nova York – EUA

Tradução:

Gilberto Cunha Franca

UFSCAR

Valeria Fontes

UFSCAR

p. 435-452

revista

Geo 

USP

espaço e tempo

Volume 23 • nº 2 (2019)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Trad. Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 435-452, ago. 2019. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/158736>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.158736>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social¹

Cindi Katz

Tradução: Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes

Resumo

Neste artigo, Cindi Katz levanta um problema intrínseco à produção capitalista globalizada: o descompromisso com os lugares e seus habitantes, agravando desigualdades de classe, gênero e raça. A autora discute o problema de maneira singular, a partir de uma abordagem materialista da reprodução social. Como a globalização, a reprodução social é examinada em seus aspectos político-econômicos, político-ecológicos e culturais. Em um caso ilustrado, sobre crianças e espaços públicos em Nova York, ela desenvolve o conceito de reescalonamento da infância e mostra como as geografias específicas se interligam aos processos globais por meio de escalas geográficas e translocalmente. Além disso, Katz propõe os conceitos de topografia e contratopografia, que são tanto uma maneira de analisar a intersecção dos processos globais e seus custos sociais, geograficamente desiguais, quanto um instrumento político para reconstruir solidariedades translocais e internacionalistas contra esse errante e irresponsável capitalismo globalizado.

Palavras-chave: Reprodução social. Globalização. Infância. Lugar. Escala geográfica.

Vagabond Capitalism and the Necessity of Social Reproduction

Abstract

In this article Cindi Katz raises an intrinsic problem of the globalized capitalist production: the disengagement with places and their inhabitants, reinforcing inequalities of class, gender, race. The author discusses this problem in a singular way through a materialist approach on social reproduction. As globalization, social reproduction is examined in its political-economic, political-ecological, and cultural aspects. In an illustrated case about children and public spaces in

¹ Texto original: KATZ, C. Vagabond Capitalism and the Necessity of Social Reproduction. *Antipode – A Radical Journal of Geography*, v. 33, n. 4, p. 708-728, 2002. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8330.00207>. Acesso em: 12 jun. 2019.

New York, she develops the concept of rescaling of children, and shows us how specific geographies interconnect with global processes through geographic scales, and translocally. Katz proposes, furthermore, the concepts of topography and counter-topography, which are ways of analysing the intersection of global processes and their geographically unequal social costs, as well as political tools for reconstructing translocal and internationalist solidarities against this errant and irresponsible globalized capitalism.

Keywords: Social reproduction. Globalization. Childhood. Place. Geographic scale.

El capitalismo vagabundo y la necesidad de la reproducción social

Resumen

En este artículo, Cindi Katz plantea un problema intrínseco de la producción capitalista globalizada: el descompromiso con los lugares y sus habitantes, agravando las desigualdades de clase, género y raza. La autora discute este problema de manera singular desde una perspectiva materialista de la reproducción social. Así como la globalización, la reproducción social es examinada en sus aspectos político-económicos, político-ecológicos y culturales. En un caso sobre niños y espacios públicos en la ciudad de Nueva York, ella desarrolla el concepto de redimensionamiento de la infancia, y nos muestra como las geografías específicas se interconectan a los procesos globales a través de escalas geográficas y translocalmente. Katz propone (sin además) los conceptos de topografía y contratopografía, que es tanto una manera de analizar la intersección de los procesos globales y sus costos sociales, geográficamente desiguales, como un instrumento político para reconstruir solidaridades translocales e internacionalistas contra este errante e irresponsable capitalismo globalizado.

Palabras clave: Reproducción social. Globalización. Lugar. Infancia. Escala geográfica.

Como todos sabem, um vagabundo² é alguém que perambula (vaga) de um lugar para outro, sem moradia fixa. Sabemos ainda que a vagabundagem insinua uma certa imoralidade – uma vida perturbada, irresponsável ou de má reputação –, o que também se pode dizer sobre

² Os sentidos de *vagabond* e *vagabundo* são semelhantes, embora o uso corrente como insulto seja mais comum no Brasil.

a globalização da produção capitalista. Este artigo recoloca a discussão sobre a globalização a partir do enfoque materialista da reprodução social. Ao observar as práticas sociais materiais por meio das quais as pessoas se reproduzem diariamente e de geração em geração, renovando as relações sociais e as bases do capitalismo, assim como ao observar o estrago que lhes causa um capitalismo reconhecidamente desenraizando, podemos expor melhor os custos da globalização e as conexões entre locais de produção muito diferentes. O foco na reprodução social nos permite questionar a produção, a manutenção e a exploração de uma força de trabalho fluidamente diferenciada, assim como questionar as produções (e destruições) da natureza e o sentido para criar alternativas geográficas de oposição ao capitalismo globalizado. Apontarei exemplos do “primeiro” e “terceiro” mundos argumentando que qualquer política, que efetivamente confronte o imperativo do capitalismo global, deve enfrentar a mudança na reprodução social que o acompanha e a ele se liga. Olhando para os aspectos político-econômicos, político-ecológicos e culturais da reprodução social, argumento que houve um reescalonamento da infância e apresento uma resposta prática baseada em geografias específicas da reprodução social. Reconnectando essas geografias específicas com as geografias da produção, tanto translocalmente como pela escala geográfica, começa-se a corrigir as perdas sofridas, no âmbito da reprodução social, como resultado da produção capitalista globalizada.

Este artigo desenvolve a noção de topografia como um meio de examinar os efeitos intersectados e as consequências materiais da produção capitalista globalizada. A topografia oferece uma lógica política que reconhece tanto a materialidade da cultura quanto da diferença social e pode ajudar a mobilizar solidariedades internacionais e transnacionais para conter o imperativo da globalização.

A expressão capitalismo vagabundo conecta a errância e o abandono ao capitalismo – este, assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável – além de também abordar uma ameaça: uma produção capitalista crescentemente global pode abandonar muitos dos seus típicos compromissos com o lugar, mais centralmente aqueles associados com a reprodução social que é, quase sempre, menos móvel do que a produção. No pior dos cenários, esse descompromisso lança pessoas à errância; no melhor, leva-as a lutar para garantir os bens materiais e as práticas sociais relacionadas com a reprodução social. Insistir sobre a necessidade da reprodução social oferece um cenário crítico, ainda não teorizado, dentro do qual muitos dos problemas associados à globalização da produção capitalista podem ser confrontados.

Neste ensaio, espero delinear sistematicamente o que está implicado na realização da reprodução social e o que está em jogo quando ela se desprende da produção, como é agora o caso em muitas partes do mundo. Esses assuntos serão ilustrados com uma breve discussão do que pode ser conceituado como reescalonamento da infância. A parte final desenvolve a noção de topografia como uma metodologia crítica que pode ser aproveitada para produzir contratopografias, dando sentido a imaginar e desenvolver uma política multilocal oposta ao capitalismo globalizado e a outras formas de opressão, sobretudo aquelas relativas a questões da reprodução social.

O capitalismo globalizado mudou a face da reprodução social ao redor do mundo nas últimas três décadas, permitindo a intensificação da acumulação do capital e exacerbando a diferença entre ricos e pobres. O fim do contrato social como resultado do neoliberalismo, da pri-

vatização e do esgarçamento do Estado social é um aspecto crucial das mudanças. As crianças, entre outros, sofreram estas mudanças causadas por diversos tipos de desinvestimento público – na educação, assistência social, moradia, saúde, e espaço públicos – como parte de uma relativa falta de compromisso corporativo com certos lugares. O outro lado da retirada de apoio público e corporativo da renda social é uma dependência dos meios privados para proteger e sustentar a reprodução social – não apenas o trabalho não remunerado de cuidar das famílias, mais comumente das mulheres, mas também um desvio de responsabilidade, geograficamente frequente, que tem claros componentes de classe, raça e nacionalidade. Por exemplo, a reprodução social de uma força de trabalho migrante que acontece nos países de origem, quando é empregada em outros lugares, representa uma transferência direta de riqueza, geralmente, de um país pobre para um rico. O capital variável, produzido em um lugar e aproveitado em outro, não é menos transferência de capital do que a extração de matéria-prima ou o serviço da dívida. Ainda assim, essa transferência parece não ter nenhuma importância para a maioria dos teóricos da globalização. A reprodução social é a figura esquecida no debate sobre globalização. Esta é uma séria omissão. A globalização não pode ser entendida sem abordar essa esfera.

A reprodução social

A reprodução social é o material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana. É também um conjunto estruturado de práticas que se desdobram na relação dialética com a produção e com quem mantém mutualmente tensão e constituição. A reprodução social abarca a reprodução diária e de longo prazo, tanto dos meios de produção como da força de trabalho, para fazê-los funcionar. Em sua base ampla, ela se desdobra sobre a reprodução biológica da força de trabalho, tanto geracional quanto diária, por meio da aquisição e distribuição dos meios de subsistência, ou seja, alimento, moradia, vestuário, saúde. De acordo com a teoria marxista, a reprodução social é mais do que isto, também engloba a reprodução da força de trabalho a certo nível de diferenciação e especialização. Esta força de trabalho diferenciada e especializada é socialmente constituída, sendo as práticas materiais não somente associadas a sua produção histórica e geográfica específicas, mas também os seus contornos e requisitos sendo resultado de luta contínua. Além de assegurarem os meios de subsistência, a produção e reprodução da força de trabalho envolvem uma variedade de práticas e formas culturais que são geográfica e historicamente específicas, incluindo aquelas ligadas ao conhecimento e aprendizado, justiça social e seu aparato e à mídia.

Várias ondas de luta são moduladas e dirigidas pela redefinição do que constitui uma força de trabalho aceitável. Sob o fordismo, lutas semelhantes conduziram ao avanço de uma grande fração da classe trabalhadora, avanços que não foram simplesmente econômicos, mas que também foram medidos em melhora das oportunidades educacionais e aumento constante do nível de atendimento educacional, um período mais amplo de benefícios distribuídos aos trabalhadores e um espectro expandido de serviços sociais, culturais e de oportunidades. A aquisição de tais ganhos redefiniu, progressivamente, os contornos da reprodução social e seus conteúdos e cada ganho trabalhista aumentou o custo do trabalho para os capitalistas.

Entretanto as lutas no local de trabalho não foram as únicas fontes de mudanças na bússola da reprodução social ou dos meios de sua definição. A reprodução social é assegurada por uma ampla variedade de fontes abrangentes como as categorias de Estado, mora-

dia, capital e sociedade civil. O equilíbrio entre elas varia segundo a história, a geografia e a classe. Nos EUA, as lutas sindicais, nos meados do século 20, forçaram as empresas capitalistas a sustentar uma proporção ampliada de responsabilidade com a reprodução social e, simultaneamente, a expansão do que era considerado socialmente necessário (por meio de pacotes de benefícios sociais, expansão de programas de treinamento no local de trabalho etc.). Anteriormente os ativistas reformistas associados a era “Progressista”, nos EUA, forçaram o Estado a manter um aumento da parte dos custos de reprodução social e oferecer uma variedade expandida de práticas associadas a ela. Estas mudanças, impulsionadas pelas reformas, refletiram-se em moradia social, expansão do serviço público de saúde, playgrounds e desenvolvimento de parques, educação pública, e instituição de programas de bem-estar social. Sem dúvida, o quadro é mais complexo do que isso. Havia um claro interesse de classe crivando o movimento progressivo para reconfigurar uma sociedade – em parte imigrante, poliglota e de trabalhadores – dentro de uma imagem de classe média branca. O Estado aderiu porque essas novas arenas de práticas também serviam aos interesses do capital. No entanto, esses amplos processos – a expansão do Estado e do capital para garantir a reprodução social – alteraram a natureza e a extensão das práticas familiares de reprodução social ligadas à sociedade civil, como orfanatos ou asilos de igrejas, instituições privadas de caridade e abrigos, ou círculos de homens e mulheres trabalhadores e imigrantes. Nenhuma arena estava fora dos negócios, é claro, mas as maneiras familiares de manter a reprodução social estavam alteradas tremendamente, embora sem afetar substancialmente a divisão de gênero do trabalho dentro das famílias, e as regras das instituições de caridade espalharam-se para outros reinos (ainda sempre associadas à reprodução social amplamente concebida), tais como o apoio de instituições de cultura e de eventos.

Como a globalização, a reprodução social tem aspectos político-econômicos, culturais e ambientais. Cada um desses três aspectos tem se sustentado sobre a geografia da reprodução social, e por extensão, sobre a geografia da infância. Por exemplo, o aspecto político-econômico da reprodução social engloba: a reprodução dos conhecimentos e habilidades do trabalho, as práticas que mantêm e reforçam a diferença de classe e categorias de diferença e o aprendizado que incute o que Bourdieu refere-se como *habitus*, que é um conjunto de formas e práticas culturais que funcionam para reforçar e naturalizar as relações sociais dominantes de produção e reprodução (Bourdieu; Passeron, 1977). Ele também inclui a reprodução e manutenção das forças e dos meios de produção. Se os primeiros são reproduzidos por uma amálgama da família, da sociedade civil e do Estado, sobretudo por meio da escola, os últimos são mais do âmbito do capital e do Estado.

A divisão do trabalho entre gêneros dentro da família, na qual ficou contida histórica e geograficamente, geralmente presume a responsabilidade das mulheres pela maioria dos trabalhos da reprodução, incluindo a educação dos filhos, provisão e preparação de alimentos, limpeza, lavagem de roupa e outras tarefas domésticas. Com dinheiro e “desenvolvimento”, certo número de tarefas é fornecido por meio do mercado ou pode ser comprado, dependendo das circunstâncias familiares e de outros fatores socioeconômicos. Alimentos preparados, serviços domésticos, cuidados das crianças e coisas semelhantes podem diminuir o trabalho doméstico para alguns e “liberar” tempo para as mulheres participarem da força de traba-

lho remunerada ou de outras atividades. Entretanto, esses fatos não alteram as divisões de gênero do trabalho ou as relações sociais de produção e reprodução que sustentam e são sustentadas pelo mercado de alguns meios de reprodução social. Por exemplo, como esclarecem as geógrafas feministas que estudaram as questões da reprodução social associadas ao cuidado infantil, a migração transnacional de trabalhadores de cuidados infantis de vários tipos representa uma assistência às mulheres do “primeiro mundo” rico (e, por extensão, àqueles que as empregam) por mulheres jovens de outras partes do “primeiro mundo” ou, mais comumente, mulheres do sul do globo que deixaram suas próprias crianças para trás com seus parentes. Estas mudanças transnacionais fazem com que a mulher migrante não só trabalhe mais horas, mas também receba menor compensação neste processo (Pulsipher, 1993; Rose, 1993; Hochschild, 2000).

De fato, o Estado tem sua própria mão nesse processo. Nos EUA e no Canadá, por exemplo, isso é visto na política de migração, que admite simultaneamente mulheres solteiras de certas nações mais pobres (na maioria das vezes, do sul global) e impede que suas famílias se juntem a elas. Vários programas de visto em ambos os países reforçam um contínuo fornecimento de mão de obra doméstica barata, incluindo babás e outras cuidadoras de criança. O Estado também está envolvido em outros aspectos político-econômicos e tem largamente se envolvido na reprodução social – de subsídios para eletrificação, fornecimento de água e tratamento de esgoto a serviços de saúde e educação, além da provisão de uma variedade de bens e serviços associados ao Estado de bem-estar social. O papel variado do Estado ao longo da história e da geografia também afetou o equilíbrio entre os vários grupos de interesse na realização da reprodução social. Por exemplo, recentes tendências para privatização criaram distinções nítidas entre ricos e pobres sobre como o trabalho de reprodução social é realizado e por quem. Em muitos lugares, essas mudanças tiveram um efeito particularmente assustador sobre as mulheres, que continuam a preencher a lacuna entre Estado e mercado para garantir a reprodução e o bem-estar de suas famílias.

O limite entre essas práticas, as quais eu associo ao aspecto político-econômico da reprodução social, e aquelas ligadas aos aspectos culturais, está obscurecido. Aqui, eu incluo as formas e as práticas culturais da aquisição de conhecimento entendidas amplamente, não só em relação ao trabalho e ao local de trabalho, mas ao aprendizado de tornar-se membro de grupos sociais específicos. De fato, todas as pessoas são membros de grupos sociais múltiplos e sobrepostos e, portanto, a reprodução social implica assimilação e aquisição de conhecimento, valores e práticas compartilhados nos grupos aos quais pertencem por nascimento ou escolha. Por meio dessas práticas materiais, os atores sociais tornam-se membros de uma cultura que eles ajudam a criar e, simultaneamente, constroem suas identidades dentro e contra essa cultura. No curso dessas atividades, jovens e outras pessoas são objetos e agentes, adquirindo conhecimento cultural e reconstruindo-o por meio de práticas em seu cotidiano, intencionais ou não. Aqui, novamente, os tipos familiares – e suas divisões de trabalho e de gênero fluidas – têm tanto a ver com a maneira como a reprodução cultural é representada quanto com as características reconhecidas socialmente da reprodução social. Estas relações são o meio e a mensagem da reprodução social, e sua forma particular é, portanto, de importante consequência político-econômica e sociocultural.

Outras importantes arenas culturais de reprodução social incluem esta ampla categoria de produção cultural: a mídia, a cultura de massa e as instituições associadas com práticas e afiliações religiosas. Dentro destas amplas arenas, a cultura é tanto produzida como reproduzida. Por outro lado, as relações sociais de produção e reprodução que caracterizam uma formação social particular, em um dado momento histórico e certa localização geográfica, são descobertas, reproduzidas, alteradas e confrontadas.

Finalmente, além dos aspectos político-econômicos e culturais da reprodução social, existem os fundamentos materiais da reprodução: seu aspecto ambiental. Todos os modos de produção possibilitam e são influenciados por ecologias-políticas específicas. Esse fato é tão óbvio que frequentemente não é notado, mas o custo ambiental de séculos de produção capitalista – e sua natureza cada vez mais global – foi enorme. Os problemas ambientais, sérios, generalizados e sintomáticos das relações capitalistas de produção receberam abundante atenção pública, mas geralmente não como problemas da reprodução social. Em alguns casos os problemas ambientais foram deslocados de uma região para outra. O racismo ambiental e as formas ambientais do imperialismo – por meio do qual há um rearranjo geográfico para problemas político-ecológicos, tais como a localização de depósitos de lixo tóxico ou localização de indústrias nocivas (frequentemente reguladas a partir de locais mais ricos ou mais privilegiados) – têm implicações em comum com as relações sociais que encorajam a produção em um lugar com força de trabalho migrante reproduzida em outro lugar. Em ambos os casos, há uma adaptação da geografia da reprodução social de modo que os custos da reprodução social – num caso, ambiental e, no outro, político-econômico – sejam levados para longe de onde se acumulam os maiores benefícios.

Em outros casos, os problemas ambientais ou as respostas políticas para eles impediram a produção contínua, e fabricantes e outros empreendimentos tiveram que desenvolver meios alternativos de produção mais sensíveis para cultivar um meio ambiente “sustentável”. Essa proteção ambiental é frequentemente dirigida para sustentar a produção – uma versão capitalista do “desenvolvimento sustentável”. Estas preocupações e práticas sugerem o importante papel do meio ambiente na reprodução social. No mínimo, a degradação ambiental mina a reprodução sustentável. Nesse caso, deve-se notar o custo ambiental específico da degradação ambiental sobre o corpo das crianças. Devido ao seu tamanho e à constituição em rápido desenvolvimento, as crianças são especialmente susceptíveis aos poluentes ambientais, seja no ar, na cadeia alimentar, ou no fornecimento de água (Satterthwaite et al., 1996).

Há outros aspectos ambientais da reprodução social e aqueles que afetam a vida cotidiana das crianças são, aqui, minha preocupação especial. A reprodução social sempre ocorre em algum lugar, e os ambientes para a sua realização são parte integrante dos seus resultados. A desconsideração com os assuntos da reprodução social é visível nas paisagens comumente negligenciadas de áreas urbanas de países industrializados e subdesenvolvidos. Estas paisagens negligenciadas e menos favorecidas incluem escolas, parques, playgrounds, e espaços públicos, assim como locais com pouco ou nenhum investimento em habitação, infraestrutura e prestação de serviços. A situação na qual as crianças crescem diz muito sobre seu valor como membros presentes e futuros de sociedades específicas. Por exemplo, o aumento da construção de prisões nos EUA nas duas últimas décadas, em detrimento de escolas e playgrounds, sugere

uma avaliação especial (e horripilante) de jovens ali nascidos oriundos de certas classes, raças e gênero, considerando-se que os empregos de menor qualificação desapareceram em muitos lugares durante os anos 1970. Menos grave é o resultado material da desconsideração observada nesses lugares onde as crianças passam boa parte de seu tempo, como escolas, parques e playgrounds. Essa geografia das crianças e da infância sofreu sob as relações de produção e reprodução associadas à globalização.

A globalização e o reescalonamento da infância

Se esses cenários e práticas constituem a base da reprodução social, como elas foram reestruturadas na esteira da globalização? Talvez mais especificamente, como o capitalismo globalizado pode ser reconhecido e considerado abordando questões da reprodução social?

Como muitos analistas da globalização contemporânea sugeriram, as mudanças tecnológicas, financeiras e regulatórias alteraram a intensidade e os parâmetros da globalização, de maneira que, existem agora, grandes mercados financeiros e acordos de comércio fora dos centros tradicionais de investimento de capital e trocas. O que impulsiona a atual fase da globalização é que, a partir dos anos 1970, o capital produtivo começou a atravessar as fronteiras nacionais com maior intensidade, assim como foi colocada em movimento, atualmente, a já familiar combinação de desinvestimento em centros industriais tradicionais e investimentos diretos estrangeiros em áreas de menor custo de produção e mão de obra. Ao mesmo tempo, houve uma transnacionalização da produção de modo que todos os tipos de produtos são feitos globalmente no sentido literal (Smith, 1997). Enquanto o capital foi certamente fluido em períodos anteriores (os capitalistas por muito tempo mudaram de lugares de maiores para menores custos produtivos), o capitalismo se tornou ainda menos dependente de um lugar específico porque os produtos são feitos em um padrão cibernético, atravessando as fronteiras nacionais que são cada vez menos significativas – exceto se você mora em algum lugar, como todo mundo.

Quando a produção é altamente móvel, mas a reprodução social permanece necessariamente ligada ao lugar, ocorre todo tipo de disjunção no espaço por meio das fronteiras e das escalas, que tendem tanto a aproveitar das desigualdades sedimentadas nas relações sociais quanto a provocar novas desigualdades. Nas crianças os resultados são profundos. Ao examinar as mudanças nas geografias e nas relações sociais da reprodução social em cada um dos domínios que delineeii – político-econômico, cultural e político-ecológico – quero tentar conceituar o que pode ser pensado como reescalonamento da infância. Essa discussão será necessariamente esquemática e discorrerá, em geral, sobre meu trabalho na cidade de Nova York acerca das crianças e espaços públicos e da privatização de espaços públicos associados à cidade neoliberal. Também abordarei o trabalho de outros autores sobre as crianças e a mídia e minhas leituras da literatura ambientalista.

No campo político-econômico da reprodução social, os desinvestimentos no espaço público deixaram as crianças de bairros pobres e carentes com poucas oportunidades de brincar livres, seguras e autônomas. Ao mesmo tempo, o campo cultural da reprodução expandiu seu alcance para mais crianças, tanto para aquelas que são mantidas em ambientes fechados, por falta de oportunidades de diversão no entorno de suas vizinhanças, como para aquelas fora do alcance da produção cultural do capital. Em ambos os campos, tanto no espaço público da vida

cotidiana das crianças quanto no espaço cultural proporcionado pela mídia e pela Internet, os adultos exercem surpreendente vigilância sobre as atividades e compromissos potenciais das crianças, como se as práticas individualistas translocais de paternidade fossem suficientes para protegê-las das degradações associadas ao desinvestimento público ou do estímulo oferecido pela expansão selvagem das tecnologias eletrônicas que têm acompanhado as crianças (Katz, 2001b; Kinder, 1999).

Enquanto isso, no âmbito político-ecológico da reprodução social, há problemas bem conhecidos, em escalas globais e em escalas menores, para os quais até mesmo atos paternos hercúleos, na escala da família, são respostas inadequadas. Por exemplo, está bem documentado que poluentes ambientais que se acumulam com o tempo em corpos de adultos podem ser transmitidos às crianças no leite materno, apesar de todos os esforços para controlar a exposição de crianças e bebês às toxinas ambientais. Eu não abordo isso para nutrir o que chamo de “falas de terror” em relação às crianças ou à hipervigilância que sustenta e é sustentada por essas falas. Ao contrário, sugiro, mesmo que esquematicamente, que tanto o entrelaçamento de diferentes aspectos da reprodução social (o político-econômico, o cultural e o político-ecológico) quanto os modos como isso afeta a vida cotidiana das crianças no norte global (e em outros lugares), sob as condições contemporâneas, exigem uma similar resposta interconectada e de “salto de escala”. Grosseiramente falando, regular a exposição das crianças à televisão enquanto vivem num ambiente poluído ou desconsiderar tranquilamente o aquecimento global, numa política econômica que oferece poucas perspectivas para tantas crianças que chegam à maioridade, pode fornecer algum consolo na confusão diária da maternidade/paternidade, mas isto esconde as questões maiores em jogo, chegando a ignorar completamente as políticas mais amplas de reprodução social.

As questões de reprodução são escorregadias e controversas, mas a arena de reprodução social é onde muito do custo da produção capitalista globalizada pode ser testemunhado e, por isso, torna-se um terreno fértil para lançar respostas a ela. As questões são escorregadias e controversas por inúmeras razões. Destacarei três delas. Primeiro, quase por definição, a reprodução social (num nível mínimo, pelo menos) deve ser realizada pelas próprias pessoas, e é do seu interesse garanti-la, independentemente das circunstâncias em que se encontrem. Assim, a retirada do cuidado com a reprodução social por parte do Estado, do capital e até mesmo da sociedade civil será combatida, tanto quanto possível, por esforços domésticos, familiares e individuais. Uma das coisas que me surpreendeu e comoveu, em meus trabalhos sobre o Sudão e os EUA, foram as inúmeras maneiras como a produção capitalista e suas implicações empurraram as pessoas para os limites de sua própria resiliência e como os capitalistas estiveram dispostos a aproveitar essa resiliência para seus próprios fins. Em segundo lugar, a reprodução social é controversa porque, novamente quase por definição, está focada em reproduzir as muitas relações sociais e formas materiais que são tão problemáticas. A reprodução social é precisamente não “revolucionária” e, mesmo assim, repousa em suas conquistas, incluindo, talvez paradoxalmente, políticas sociais de oposição.

Em terceiro lugar, as políticas relacionadas à reprodução social têm um eleitorado inconsistente em um número quase sempre infinito de locais, que geram contradições poderosas. Como virtualmente todos somos atingidos pelas práticas sociais materiais e pelas necessidades da reprodução social, é paradoxalmente difícil organizar seu entorno. “Todos” pode ser ninguém

em particular. Da mesma forma, sua geografia fragmentada e dispersa não oferece nenhum lugar particular para se organizar. E ainda é precisamente a onipresença da reprodução social que torna tão importante reparar os últimos 20 anos de assalto sobre suas formas e práticas. Em outras palavras, as políticas focadas na reprodução social reconectam cultura, meio ambiente e economia política em oposição à globalização capitalista, num terreno amplo e diferenciado. A história demonstra que as lutas relacionadas às conquistas da reprodução social, e quem tem responsabilidade sobre ela, fluem e refluem. A disputa sobre qual das arenas entre o Estado, a família, o capital e a sociedade civil tem responsabilidade pelo que, e sob quais circunstâncias, provou-se, não apenas durável, mas também muito variável, dependendo das circunstâncias históricas e geográficas. E assim a luta continua e fornece terreno fértil para a expansão.

Por exemplo, os ganhos de benefícios sociais dos trabalhadores e a ampliação da renda social, sob o capitalismo fordista, foram atacados nas economias industrializadas desde meados do século 20. Ao mesmo tempo, nos EUA, as vitórias das mulheres brancas de classe média progressista, fazendo o Estado capitalista assumir a responsabilidade por uma série de programas associados à reprodução social, foram corroídas pelo “enxugamento” do Estado capitalista sob o neoliberalismo. Essas mudanças, associadas à globalização da produção capitalista, podem ser vistas em todas as escalas, bem como transnacionalmente. Por exemplo, existem pontos comuns na, assim chamada, reforma do Estado social no norte do planeta (especialmente nos EUA) e nos programas de ajustes estruturais no sul do planeta ou no encarceramento de dois milhões de pessoas (três quartos, negros e jovens) nos EUA e a militarização em tantas partes do mundo, onde esses grupos de pessoas “sobrantes” não têm trabalho futuro assegurado.

Frances Fox Piven (1999) sugeriu que os capitalistas e o Estado capitalista têm se retirado dos compromissos com o salário social porque “eles podem”. Obviamente verdade. Houve pouca – ou ineficaz – resistência à mobilidade da produção capitalista e às práticas neoliberais que ela promove. A militância trabalhista foi decaindo, na última parte do século 20, enquanto em outros campos – por exemplo, nas políticas feministas brancas de classe média – o foco estava em outros lugares, voltado às questões da igualdade das mulheres no local de trabalho e na esfera pública. Isso marcou uma importante mudança em relação às demandas das mulheres da era progressista que ligavam as preocupações domésticas com a arena mais ampla do governo local, regional e nacional.

Claramente, o início do século 21 exige uma nova forma de organização, uma nova agenda política e uma nova e mais variada escala de ações. Seattle, Praga, Porto Alegre e outras manifestações internacionalistas contra as instituições associadas à globalização da produção capitalista deixam claro que existe muito foco organizado de oposição, visando algumas de suas principais instituições e corporações, e que muitos grupos estão trabalhando nessas questões de maneira sustentada em tais manifestações. Quero sugerir que, embora as preocupações de reprodução social estejam no centro de grande parte dessa oposição, elas quase nunca são abordados como tal – e deveriam ser. Devolver a responsabilidade pela reprodução social aos capitalistas e ao Estado, transnacionalmente e em todas as escalas, começaria a reajustar os custos e benefícios da globalização de maneira a identificar seus danos amplamente disseminados, promovendo maior justiça social e igualdade entre classes, nações, localidades e gênero. Fazer esse movimento ajudaria a revitalizar uma política verdadeiramente internacionalista.

Topografias e contratopografias

Para concluir, quero discutir a noção de produzir topografias como meio de levar esta política adiante. Eu desenvolvi esta ideia em outro artigo (Katz, 2001a). Esboço esta ideia aqui porque produzir topografias e contratopografias (Katz, 2001a, p. 1228) pode ser uma maneira, não apenas de reimaginar uma política que corrija o custo da globalização, mas também para, de fato, começar a construir uma resposta prática que seja, ao mesmo tempo, translocal e estrategicamente focada. Em outras palavras, estou tentando imaginar uma resposta política que tenha fluidez e amplitude para lidar com as questões complicadas que levantei, anteriormente, relativas à organização em torno da reprodução social. Entendo que é uma tarefa difícil, por isso minha ideia é uma modesta contribuição.

Proponho topografias, então, como uma estratégia de pesquisa que contribua para construir uma resposta política “que trabalhe as bases de (e entre) atores sociais situados em uma variedade de localizações geográficas que são, ao mesmo tempo, vinculados e separados pelas diversas forças da globalização” (Katz, 2001a, p. 1214). Essas conexões podem ser feitas sobre as consequências da reprodução social, de natureza cada vez mais global, na produção capitalista. A topografia é tanto a descrição detalhada de um lugar específico quanto a totalidade de características que configuram o próprio lugar. Ambas são produzidas, e um exame de como isto acontece pode revelar a natureza de interesse das topografias e dos conhecimentos topográficos. As topografias fornecem informações deliberadas, intencionais e sistemáticas – embora parciais – em todas as escalas geográficas para as forças armadas, o Estado e as empresas. O conhecimento topográfico alimenta o Sistema Geográfico de Informações (GIS) e as bases de dados especializadas relacionadas que orientam e informam a extração de recursos, a vigilância pública e privada, os movimentos militares e várias formas de governança e dominação. Essa lista de práticas apenas sugere a importância de reunir e mapear os dados topográficos para preservação e expansão da globalização imperialista e para decretos de dominação e exploração mais locais. O conhecimento baseado no lugar e produzido como topografias sustenta e possibilita o exercício do poder em várias escalas geográficas e pode transcender as especificidades locais em que foi coletado. O conhecimento topográfico é essencial para manter e avançar o desenvolvimento desigual. Dada a sua importância para os capitalistas e para aqueles no poder, o conhecimento topográfico deveria ser também de interesse daqueles que se opõem a esse poder.

As topografias produzidas para se opor ao poder capitalista fornecem descrições densas dos lugares específicos, pois elas podem mostrar como um processo relacionado, por exemplo, à globalização da produção capitalista, ao exercício da guerra ou à imposição de programas de ajuste estrutural afeta determinado lugar. As topografias nos permitem olhar, não apenas para determinados processos locais, mas também para os efeitos do encontro deles com sedimentadas relações sociais de produção e reprodução.

Em outras palavras, as topografias são completamente materiais. Elas abrangem os processos que produzem paisagens assim como as próprias paisagens, deixando claro o aspecto social da natureza e os fundamentos materiais da vida social. Sua produção também simultaneamente liga, revela e especifica as intrincadas relações entre lugares distintos. Na verdade, a topografia oferece uma metodologia para examinar criticamente os efeitos materiais causados

pelos processos associados a abstrações como a globalização, a reestruturação econômica global, e o desenvolvimento desigual, em diversos lugares. Ela pode oferecer fundamentos, literais e figurativos, para desenvolver uma crítica das relações sociais e político-econômicas sedimentadas no espaço e examinar a gama das práticas sociais materiais por meio das quais o lugar é produzido.

Enfatizei a materialidade das topografias, mas elas igualmente oferecem significados metafóricos fecundos que também são centrais para explicar como pode ser útil produzir topografias da globalização ou da reprodução social. Fazer topografias convencionais envolve a descrição detalhada do lugar, mas também requer medidas de elevação, distância, e aqueles atributos físicos e estruturais que permitem observar as relações através do espaço e entre lugares. Da mesma maneira, as topografias poderiam funcionar em exames abstratos de processos completamente materiais, tais como a globalização ou a reprodução social. Por exemplo, poderiam ser usadas para avaliar os movimentos de capital, trabalho ou produtos culturais entre lugares, para observar os efeitos interativos e comuns de imperativos globalizantes do capitalismo e como eles são experimentados em diferentes localidades. Encontrar, demonstrar e compreender estas conexões e o que elas causam é crucial para desafiá-las de maneira eficaz.

Se podemos produzir topografias críticas que mostram traços particulares da globalização sobre áreas específicas, tais como aqueles associados à reprodução social, como podemos conectar, de maneira análoga, o que é discriminado a outros locais afetados pelos processos globais e outros processos sistêmicos? Descrever essas conexões permite a produção do que deve ser pensado como contratopografias. A noção de contratopografias capta e desenvolve uma das principais metáforas associadas à topografia: a curva de nível. As curvas de nível conectam lugares em uma altitude uniforme para revelar a forma tridimensional do terreno. Minha intenção de invocá-las é imaginar uma política que, ao mesmo tempo, mantenha a distinção das características de um lugar específico e construa suas conexões analíticas com outros lugares ao longo das curvas de nível para marcar não a elevação, mas uma particular relação com o processo, por exemplo, da desqualificação dos trabalhadores ou da retirada do Estado de bem-estar social. Assim, é possível teorizar “a conectividade de lugares vastamente diferentes tornados artefatos distintos em virtude da história e da geografia, mas que também se reproduzem diferentemente entre os processos socioculturais e político-econômicos comuns que experimentam” (Katz, 2001a, p. 1229). As contratopografias envolvem análises precisas de processos específicos que não só conectam lugares díspares como, ao fazê-lo, nos permitem começar a inferir conexões não examinadas entre lugares. Nos mapas topográficos, de fato, é a medida de elevação de locais selecionados que permite que as curvas de nível sejam desenhadas sem medir cada centímetro do terreno. As conexões refletem as relações analíticas precisas, não homogeneizadas. Nem todo lugar afetado pela produção ou consumo capitalista globalizado é alterado da mesma maneira e os problemas que surgem de um lugar para outro podem variar e se diferenciar, dependendo da constelação de relações sociais encontradas.

A análise topográfica oferece os recursos para avaliar criticamente esses processos pela análise dos atritos e solidariedades que eles, simultaneamente, criam e alteram entre as práticas sociais materiais pelas quais o lugar é produzido, além das relações político-econômicas

e sociais incorporadas no espaço. Construir topografias detalhadas em uma gama de escalas geográficas torna possível analisar um assunto particular – tal como o corte de investimentos em algum aspecto da reprodução social ou a “armazenagem” daqueles excluídos da possibilidade de emprego – em vários lugares, definindo uma curva de nível particular deste assunto. Pode-se imaginar locais mapeados e conectados por diferentes curvas de nível, cada uma marcando um terreno potencial de políticas translocais.

Em outras palavras, o projeto político, teórico e metodológico que quero promover é aquele que constrói contratopografias, ligando analiticamente diferentes lugares, tanto para desenvolver os contornos de lutas comuns quanto para imaginar um tipo diferente de resposta prática aos problemas que enfrentamos. É a imaginação geográfica de topografias e contratopografias que considero especialmente atraente. Se a topografia está baseada na inseparabilidade entre a descrição e sua própria paisagem, a contratopografia funciona para descrever contornos analíticos entre lugares considerados tipicamente como isolados. Juntas, elas oferecem um meio de construir uma resposta prática e geograficamente imaginativa e vigorosa para os processos contemporâneos de globalização que, não só tomam estas distinções como naturais, como são predatórios porque conseguem manter separados lugares com problemas comuns e interesses compartilhados.

Além da sua imaginação geográfica, a produção de topografias e contratopografias também se baseia nas percepções e trabalha os fundamentos dos conhecimentos situados em múltiplas localidades. Dessa maneira, o projeto baseia-se na insistência marxista e feminista de que aqueles que são dominados, oprimidos e explorados têm uma perspectiva privilegiada desses processos e do funcionamento do poder e da desigualdade que os constitui (Haraway, 1988; Hartsock, 1984; Marx; Engels, 1976; Mohanty, 1988). O conhecimento situado tem como premissa uma localização particular e identificável vis-à-vis as relações de produção e reprodução. A mobilização desses conhecimentos por meio do espaço e da escala permite fazer conexões políticas ágeis o suficiente para combater as manobras do capital sob condições de globalização. No entanto, o conhecimento situado sozinho não é suficiente, e a noção pode até ter começado a obstruir nossa imaginação política. Já situá-lo como teoria do ponto de vista:

[...] pressupõe o conhecimento de um ponto singular, o sujeito do conhecimento e a particularidade da visão desse sujeito são tanto sua força quanto sua fraqueza. Se o brilhantismo da ideia de conhecimento situado estava em deixar claro que tudo o que se vê e se sabe pertence a algum lugar, e que aquele algum lugar se constitui socialmente, permitindo e bloqueando insights específicos, as implicações dos lugares, subjacentes ao conhecimento, produzem outros problemas (Katz, 2001a, p. 1230).

Primeiramente, apesar do situado implicar localização, ele é construído a partir da noção marxista-feminista do ponto de vista e, portanto, reside em um sujeito do conhecimento. Esta ideia tem paralelos com a abstração da “posição do sujeito” (Hartsock, 1984; Henriques et al.,

1984; Katz, 2001a). Entretanto, nos mapas topográficos, a “posição do sujeito na paisagem é um ponto e, assim sendo, um espaço de dimensão zero” (Katz, 2001a, p. 1240). A dimensionalidade é esvaziada pela linguagem de posição, localização e situação. Não por coincidência, isso levou a uma política que tanto se perde na “diferença” quanto a trata tão sofisticadamente que se torna mais um fim do que um começo. Mesmo assim, as vertiginosas soluções dos problemas que o conceito de posição levanta para as políticas de identidade – como interseccionalidade, subjetividade móvel e identidades múltiplas – reveladoramente continuam a residir no sujeito individual que deve mover-se, dividir-se ou multiplicar-se para tornar-se razoável e suficientemente complexo (Crenshaw, 1995; Fuss, 1991; Trinh, 1989).

Em segundo lugar, existe uma espacialidade implícita (e que está na moda) no conhecimento situado, porém, enquanto “situado” sugere algum lugar, não é um lugar em particular. Sua localização é relacional e abstrata, faltando o sedimento (e os problemas) de uma geografia específica. Enquanto os discursos de “lugares” e “espaços” são produtivos para construir alianças políticas novas ou pensar sobre estratégias originais de engajamento (e participei desses esforços), estas respostas políticas são enfraquecidas porque elas não conseguem enfrentar a questão de como as geografias históricas específicas incorporam, reproduzem e fortalecem relações sociais de poder e produção (Anzaldúa, 1987; Bondi, 1993; Katz, 1992; Trinh, 1990). “Finalmente a localização é simultaneamente universal, pois tudo está localizado, e específica, ao ponto de ser dimensão-zero” (Katz, 2001a, p. 1230-1231). A linguagem do conhecimento situado tende a assumir uma extensão não problemática do lugar e não sujeita ao global quando, de fato, elaborar esta tradução é um projeto altamente político.

Por outro lado, a topografia é, por definição, um exame histórico do processo social no espaço tridimensional. As topografias críticas pressupõem que o espaço carrega e reforça as relações sociais desiguais. Mudar relações sociais exige e impulsiona mudanças em seus fundamentos materiais. As topografias podem iluminar esses processos espaciais e alargar suas conexões por meio de várias geografias, potencialmente transmitindo a política imaginativa de “transpor escalas” e impulsionando um tipo de translocalismo enraizado (Marston, 2000; Smith, 1992). Trabalhar contra as formas de capitalismo globalizado – que se estendem e se baseiam nas relações de poder desigual de gênero, raça, classe e nação em diferentes geografias históricas – é uma política que, ao mesmo tempo, clareia e se beneficia dos contornos que conectam diferentes formações sociais e suas geografias díspares. Ela questiona que conexões podem existir entre as confecções de Bangladesh, as maquiadoras do México e os campos de trabalho das prisões dos EUA ou entre o ajuste estrutural do Sudão, a reforma do Estado britânico de bem-estar e o neoliberalismo do Brasil. Construir topografias não só levanta tais questões como pode fornecer os meios para respondê-las de maneira concreta e abstrata a respeito dos laços que ligam lugares e circunstâncias aparentemente diferentes. Um amplo projeto topográfico pode também desenvolver análises e solidariedades nos pontos nodais entre as curvas de nível.

Tentei traçar uma curva de nível entre dois lugares onde fiz pesquisas de campo entre jovens — uma vila no centro do Sudão chamada Howa e o Harlem, no norte de Manhattan (Katz, 1998a). Minha pesquisa procurou examinar e conectar os tipos de deslocamento

experimentados pelos jovens em ambos os lugares, em face de corte de investimentos em suas comunidades. Em Nova York, observei os efeitos da reestruturação econômica, testemunhada durante o declínio da indústria, em jovens e crianças das classes trabalhadoras, com especial atenção à severa retirada da renda social: cortes de financiamento da habitação pública, abertura de espaços públicos, saúde e bem-estar social e a provisão desigual da educação, estimulando a privatização desses setores. Este trabalho foi um contraponto a minha pesquisa anterior, em Howa, onde analisei a reestruturação econômica como um projeto de “desenvolvimento” que minou os meios amplamente estabelecidos de reproduzir relações locais e os meios de produção, sem oferecer investimentos novos ou compensatórios na reprodução social. Em ambos os lugares, grande parte daqueles que atingem a maioria de confrontaram as limitações produzidas por essas mudanças político-econômicas de larga escala e suas consequências locais. Isso porque números crescentes em ambos os lugares, todas as apostas no futuro foram abandonadas, deixando poucas garantias de emprego estável – menos ainda significativo – em suas vidas adultas. Além do mais, havia indicações (como em outros lugares) de que certos seguimentos da população “em excesso” estavam “armazenados”, como uma questão de política estatal, em prisões (do exército e até em universidades) nos EUA, e no exército ou “milícias populares” no Sudão. No entanto, ao mesmo tempo, a população no Harlem e em Howa se organizou para melhorar uma série de condições adversas e, em algumas casos, para resistir de imediato a estas condições. Seus esforços conscientes de mudança foram complementados e sustentados pelas práticas cotidianas que demonstraram uma resiliência, muitas vezes, impressionante entre membros de cada comunidade (Katz, 2001a).

Considerações finais

No início, pensei em comparar Howa e Harlem sequencialmente, para estudar os deslocamentos e outras mudanças que as crianças experimentaram na transição do que eu, rudimentarmente, conceituo como “de uma economia agrícola para industrial e de uma economia industrial para uma pós-industrial” (Katz, 2001a, p. 1232). Contudo, uma análise topográfica força uma compreensão espacializada dessas questões como simultâneas e entrelaçadas. Ao relevar a simultaneidade de diferentes tipos de ruptura, as topografias respondem à extraordinária observação de John Berger de que agora é o “espaço, não o tempo, que nos oculta as consequências” (Berger, 1974, p. 40; Soja, 1989). O que estou argumentando é que, se as rupturas na reprodução social em Howa e Harlem são efeitos localizados de um conjunto comum de processos – entre eles, a globalização da produção capitalista –, então a mobilização política para desafiar esses processos deve ter sensibilidades globais semelhantes, mesmo que tenha motivos locais. Os interesses aqui criados transcendem as especificidades de qualquer lugar em particular, mesmo que tenham formas locais variadas e, portanto, distingam-se das políticas de base local. Nem é esse projeto uma questão de construir coalizões entre diferentes localidades, por mais crucial que isso seja.

Tal como a globalização, que é uma abstração de múltiplas formas, as lutas para enfrentá-la precisam mobilizar abstrações equivalentes. No entanto, assim como uma globalização inspirada pelo capital refaz os fundamentos materiais da vida social, qualquer resposta deve ser resolutamente material. Desenvolver topografias locais pode oferecer essa base. Ao construir sobre a sua justaposição, as contratopografias podem oferecer as abstrações necessárias para reimaginar e refazer a globalização e seus efeitos. Entrelaçadas com densa descrição de especificidades locais, numa análise que segue as conexões abstratas entre lugares diferentes – e uma centelha de insurgência –, as contratopografias podem indicar uma nova prática geograficamente revigorada. Talvez esses esforços possam inspirar e mobilizar novos tipos de solidariedades internacionalistas, ao mesmo tempo, específicas e fluídas o suficiente para conter e combater o vagabundo em todos os vários locais que ele quer chamar de lar.

Referências

- ANZALDUA, G. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute, 1987.
- BERGER, J. **The Look of Things**. New York: Viking, 1974.
- BONDI, L. Locating identity politics. In: KEITH, M.; PILE, S. (Ed.). **Place and the Politics of Identity**. New York: Routledge, 1993. p. 84-101.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Reproduction in Education, Society, and Culture**. Beverly Hills: Sage, 1977.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: CRENSHAW, K.; GOTANDA, N.; PELLER, G.; THOMAS, K. (Ed.). **Critical Race Theory: The Key Writings that Formed the Movement**. New York: New Press, 1995. p. 357-383.
- FUSS, D. (Ed.). **Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories**. New York: Routledge, 1991.
- HARAWAY, D. J. Situated knowledges: The science question in feminism as a site of discourse on the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, n. 14, p. 575-599, 1988.
- HARTSOCK, N. **Money, Sex, and Power**. Boston: Northeastern University Press, 1984.
- HENRIQUES, J.; HOLLOWAY, W.; URWIN, C.; VENN, C.; WALKERDINE, V. **Changing the Subject**. New York: Methuen, 1984.
- HOCHSCHILD, A. The nanny chain. **The American Prospect**, v. 11, n. 4, p. 32-36, 2000.
- KATZ, C. On the grounds of globalization: A topography for feminist political engagement. **Signs – Journal of Women in Culture and Society**, v. 26, n. 4, p. 1213-1234, 2001a.

- KATZ, C. The state goes home: Local hypervigilance of children and the global retreat from social reproduction. **Working Papers in Local Governance and Democracy** 3. 2001b.
- KATZ, C. Disintegrating developments: Global economic restructuring and the eroding ecologies of youth. In: SKELTON, T.; VALENTINE, G. (Ed.). **Cool Places: Geographies of Youth Cultures**. New York: Routledge, 1998a. p. 130-144.
- KATZ, C. All the world is staged: Intellectuals and the projects of ethnography. **Environment and Planning D – Society and Space**, v. 10, n. 5, p. 495-510, 1992.
- KINDER, M. **Kids' Media Culture**. Durham, NC: Duke University Press, 1999.
- MARSTON, S. A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 19-42, 2000.
- MARX, K.; ENGELS, F. **The German Ideology**. Moscou: Progress, 1976.
- MOHANTY, C. T. Feminist encounters: Locating the politics of experience. **Copyright**, v. 1, p. 30-44, 1988.
- PIVEN, F. F. Welfare reform and the economic and cultural reconstruction of low wage labor markets. **City & Society**, v. 10, n. 1, p. 21-36, 1998.
- PULSIPHER, L. M. "He won't let she stretch she foot": Gender relations in traditional West Indian houseyards. In: KATZ, C.; MONK, J. (Ed.). **Full Circles: Geographies of Women over the Life Course**. London: Routledge, 1993. p. 107-121.
- ROSE, D. Local childcare strategies in Montréal, Québec: The mediations of state policies, class, and ethnicity in the life courses of families with young children. In: KATZ, C.; MONK, J. (Ed.). **Full Circles: Geographies of Women over the Life Course**. London: Routledge. 1993. p. 188-207.
- SATTERTHWAITE, D.; HART, R.; LEVY, C.; MITLIN, D.; ROSS, D.; SMIT, J.; STEPHENS, C. **The Environment for Children**. New York: Unicef/London: Earthscan, 1996.
- SMITH, N. The Satanic geographies of globalization: Uneven development in the 1990s. **Public Culture**, v. 10, n. 1, p. 169-189, 1997.
- SMITH, N. Contours of a spatialized politics: Homeless vehicles and the production of geographic scale. **Social Text**, v. 33, p. 54-81, 1992.
- SOJA, E. W. **Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory**. New York: Verso, 1989.
- TRINH, T. M. Cotton and iron. In: FERGUSON, R.; GEVER, M.; MINH-HA, T. T.; WEST, C. (Ed.). **Out There: Marginalization and Contemporary Cultures**. New York: The New Museum of Contemporary Art/Cambridge, MA: MIT Press. 1990. p. 327-336.
- TRINH, T. M. **Women, Native, Other: Writing Postcoloniality and Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

Agradecimentos

Uma versão anterior deste artigo foi apresentada como Palestra Antipode 2001 nas reuniões anuais da Royal Geographic Society/Instituto de Geógrafos Britânicos em Plymouth, Inglaterra. Sou grata a Jane Wills por ter me convidado e a Antipode por patrocinar minha visita. Meus agradecimentos ao público por suas perguntas estimulantes e ponderadas. Como sempre, meu apreço a Neil Smith que, meses atrás, me estimulou a repensar o conhecimento situado.

Este artigo é dedicado com amor às memórias de James Blaut e Graciela Uribe-Ortega, dois dos geógrafos libertários mais inspiradores, imaginativos e determinados que já conheci. Suas energias revolucionárias, insights políticos rápidos e afiados e a disposição para lutar por igualdade, justiça e liberdade a um alto custo pessoal serão sempre uma inspiração.

Nota final

Esta seção é baseada no meu artigo “Sobre as bases da globalização: uma topografia para o engajamento político feminista” (Katz, 2001a), que desenvolve uma “topografia” da globalização e discute em detalhes as ideias sobre topografias e contratopografias apresentadas aqui esquematicamente.